

## O Belo e a Arte segundo Platão

*Prof. Carlos Nougué*

### I. O CONCEITO DE FORMA EM PLATÃO

Para compreender adequadamente o tão controverso conceito platônico de Forma, recorde-se, de início, que os termos gregos para forma são *idea* e *eidos*.

O primeiro — *idea* — não foi traduzido para o latim nem, em consequência, para as línguas neolatinas, mas apenas transliterado, chegando a adquirir no correr dos séculos sentido de todo diverso do original. Com efeito, que significa para o homem de hoje o termo *idéia*? Significa um conceito, uma noção, um pensamento, uma representação mental. Ora, para o grego em geral, e particularmente para Platão, a *Idea* não era o pensamento, mas, ao contrário, o objeto do pensamento, o objeto para o qual se dirige o pensamento. Ademais, note-se que *idea* e *eidos* provêm de *idein*, que significa “ver”, e indicam o objeto de ver. Por isso é que, antes de Platão, estes dois termos se empregavam especialmente para expressar a forma visível das coisas, a forma exterior, o que se capta com os olhos — a visão sensível.

A partir de Platão, todavia, passam a empregar-se para exprimir a forma interior das coisas, a sua essência. Em decorrência da “Segunda navegação” platônica, isto é, da descoberta do mundo inteligível, a forma se alça do plano físico ao metafísico.

### II. A “SEGUNDA NAVEGAÇÃO” PLATÔNICA

O ponto fundamental da filosofia platônica reside na descoberta da existência de uma realidade supra-sensível, de uma dimensão suprafísica do ser, existência nem sequer vislumbrada, anteriormente, pela filosofia da *physis*. Esta sempre tentara explicar os fenômenos por causas de caráter físico e/ou mecânico (água, terra, ar, fogo, rarefação, condensação etc.)

Talvez se devesse excetuar, entre os filósofos da *physis*, Anaxágoras, que intuía a necessidade de uma Inteligência universal, a partir da qual se poderiam explicar todas as coisas; sucede porém que, como observa o mesmo Platão, aquele filósofo naturalista não soubera levar a termo a sua intuição, e acabara por atribuir maior peso a causas físicas tradicionais. Platão, porém, seguindo a rota da intuição do predecessor, interrogava-se: Serão

as causas de caráter físico e mecânico as verdadeiras causas, ou constituirão meras “concausas”, quer dizer, causas ao serviço de causas primeiras e mais altas? A causa do que é físico e mecânico não será algo não-físico e não-mecânico?

Foi para encontrar a resposta a essas indagações que Platão empreendeu o que ele chamou, simbolicamente, a “Segunda navegação” — na antiga linguagem dos homens do mar, chamava-se “segunda navegação” àquela que se dava quando, pela cessação do vento, se recorria aos remos. Na imagem platônica, a “Primeira navegação” se fizera pelo vento da filosofia da *physis*. Por seu turno, a “Segunda navegação” representava a contribuição do próprio Platão, ou seja, a navegação realizada graças ao impulso dos seus próprios “remos”, das suas próprias forças pessoais. A “Primeira navegação” perdera a rota, sem conseguir explicar o sensível pelo próprio sensível. Já a “Segunda navegação” encontra a rota da verdade, que conduz à descoberta do supra-sensível, do ser inteligível. Na “primeira navegação”, os filósofos permaneciam prisioneiros dos sentidos e do sensível, ao passo que, na “Segunda”, Platão “tenta a libertação radical dos sentidos e do sensível, e um deslocamento decidido para o plano do raciocínio puro e daquilo que é captável pelo intelecto e pela mente na pureza de sua atividade específica”. Para compreender mais cabalmente esta “Segunda navegação”, valhamo-nos de um exemplo do mesmo Platão, e que se relaciona diretamente com o tema deste Anexo.

Qual é a causa de uma coisa ser bela? Para responder a isto, um filósofo pré-socrático invocaria elementos meramente físicos: cor, traços, figura etc. Todavia, afirma Platão, essas não são verdadeiras causas, mas apenas “concausas” ou causas mediatas. É preciso, por conseguinte, postular a existência de uma causa anterior e mais elevada, que, para ser verdadeira causa, há de ser não-sensível. Há de ser inteligível. Tal causa é a Idéia ou Forma do Belo em si, a qual, mediante a sua participação ou a sua presença, ou, ainda, mediante certa relação de determinação, faz as coisas empíricas ser belas; em outras palavras: faz as coisas realizar-se segundo certa cor, medida e proporção convenientes e precisamente adequadas a que sejam belas.

E Platão afirma que esse paradigma vale para todas as coisas: toda e qualquer coisa física supõe uma causa suma e última, de caráter não-físico; de caráter, dizemo-lo hoje, metafísico. A sua “Segunda navegação”, por conseguinte, conduz a reconhecer a existência de dois planos do ser: o primeiro, visível e fenomênico; o segundo, invisível e metafenomênico, não captável senão pela inteligência, ou seja, puramente inteligível.

Assim, a partir da “Segunda navegação” platônica a natureza e o cosmo deixam de se considerar a totalidade das coisas existentes; passam a considerar-se somente a totalidade das coisas que aparecem. Mas retenhamos o que é especificamente platônico: O “verdadeiro ser” é formado pela realidade inteligível.

### III. RELAÇÕES ESTRUTURAIS ENTRE FORMA E NÚMERO

Escreve Paul Friedlaender: “Platão possuía [...] o olhar plástico do heleno, que apresentava a mesma natureza do olhar com que Policleto viu o cânon [...] e a mesma natureza do olhar que o matemático grego dirigia às formas geométricas. Talvez Platão tivesse consciência desse dom, [talvez] tivesse mais sorte que todos os pensadores.” Para que o entendamos perfeitamente, porém, é preciso antes falar um pouco das relações estruturais entre forma e número.

Na Grécia clássica, a arquitetura, a escultura e a cerâmica fundavam-se em cânones — que analogicamente correspondiam às leis por que se regulava a música — os quais constituíam regras de perfeição que se podiam expressar, de modo exato, mediante números. Em outras palavras, para os gregos a forma e a beleza tinham por fundamento números e proporções.

Isso valia quer para a construção dos templos, quer para a confecção dos vasos, quer para o cinzelamento das esculturas. Explica-o Tatarkiewicz: “O cânon da escultura também era numérico e dependia de uma proporção fixa. Como atesta Galeno, a beleza nasce ‘da exata proporção não dos elementos mas das partes, de um dedo em relação a outro dedo, de todos os dedos em relação ao carpo e ao metacarpo, destes em relação ao antebraço, em suma, de todas as partes entre si, como diz o Cânon de Policleto’.”

O cânon de Policleto expressava, particularmente, a proporção entre as partes, traduzível sempre em relações numéricas precisas. Desse modo, a perfeição da forma esculpida vinculava-se, rigorosamente, às figuras geométricas.

São ainda de Tatarkiewicz as palavras seguintes: “Durante o período grego clássico afirma-se também a idéia de que o corpo humano idealmente construído pode ser englobado nas simples figuras geométricas do círculo e do quadrado. ‘Se estendemos um homem de costas com [os] braços e pernas abertos e desenhamos um círculo tendo como centro o umbigo, a circunferência do círculo tocará a ponta dos dedos das mãos e dos pés’.”

De maneira análoga, se imaginarmos o mesmo homem com os braços e mãos abertos e traçarmos uma reta de uma mão à outra, depois uma reta da mão ao pé à direita e à esquerda, e finalmente de um pé ao outro, obter-se-á um quadrado cujas diagonais se cruzam, coincidindo precisamente com o umbigo — e tal quadrado se inscreverá perfeitamente no círculo acima referido. É a clássica representação do homo quadratus.

#### **IV. A COINCIDÊNCIA ENTRE O BELO E O BEM**

Por quanto se disse acima, pode-se compreender por que Platão, como os gregos em geral, identificava o Belo e o Bem. Diga-se, aliás, que o substrato cultural dessa convicção se atesta pela própria língua grega, na qual se criou um termo intraduzível sinteticamente para as demais: *kalokagathia*, ou seja, “beleza-bondade”.<sup>9</sup> Para os helenos, ademais, a beleza-bondade é medida e proporção, e também virtude, no preciso sentido grego de realização cabal de determinada essência.

Para Platão, mais precisamente, o Bem coincide com o Um, a medida suprema de todas as coisas;<sup>10</sup> e a manifestação do Bem e do Belo consiste na realização da unidade na multiplicidade, mediante proporção, ordem e harmonia. Logo, a ordem do mundo rege-se por número e medida, o que tornou possível a transição da desordem para a ordem. A beleza, porém, tem algo mais que todas as outras Formas inteligíveis: é a única que pode ser vista também pelos olhos físicos, além de o ser pelos olhos da alma.<sup>11</sup>

#### **V. A BELEZA: REVELAÇÃO DO SUPRA-SENSÍVEL NO SENSÍVEL**

É pois o Belo um resplandecer, um esplendor, uma cintilação com que o supra-sensível Bem se revela na dimensão do sensível, atraindo-nos.

Demos a palavra a Gadamer, que traduz assim tal noção platônica: “A luminosidade da aparência não é, portanto, apenas uma das propriedades do belo, mas constitui sua essência propriamente dita. A característica do belo, que o faz atrair imediatamente para si o desejo da alma humana, baseia-se em seu próprio ser. Por ser estruturado de acordo com medidas, o ente não é apenas aquilo que é, mas faz aparecer dentro de si uma totalidade em si medida e harmônica. É este o desvelamento (*aletheia*) de que Platão fala no *Filebo*, [e] que pertence à essência do belo. A beleza não é simplesmente a simetria, mas a própria aparência que nela se baseia. Ela tem a natureza do resplandecer. Resplandecer, porém, significa resplandecer sobre algo, como o sol [,] e, portanto, aparecer, por sua vez, naquilo em que a luz incide. A beleza tem o modo de ser da luz.”<sup>12</sup>

Estamos diante, no meu entender, do que de mais profícuo há para uma sólida filosofia da arte.<sup>13</sup> Nada obstante, Platão não chegou a vincular o Belo à arte — todo o contrário. Vinculou-o ao Eros. Vejamo-lo primeira e brevemente.

## VI. A ERÓTICA COMO VIA PARA O ABSOLUTO

Para Platão, portanto, a beleza não se liga à arte, mas tão-somente ao Eros, ao Amor, entendido este como força mediadora entre o supra-sensível e o sensível: a força que dá asas e eleva, ao longo dos diversos graus de beleza, ao Belo metaempírico existente em si. E, como o Belo coincide com o Bem, o Eros é a força que eleva ao Bem, mostrando-se a erótica a via alógica para o Absoluto.<sup>14</sup>

Para Platão, conseqüentemente, o que os homens comumente chamam amor é somente parte, pequena, do autêntico Amor — este é o desejo do Belo, do Bem, da Sabedoria, da Felicidade, da Imortalidade. Do Absoluto.<sup>15</sup> E o Amor dispõe de vários caminhos conducentes a vários graus do Bem. E, se toda e qualquer forma de amor é um desejo de possuir definitivamente o Bem, o autêntico amante é o que sabe percorrer tais caminhos até o fim, até à visão suprema, a saber, a visão do Belo absoluto.

O grau mais baixo na escala do Amor é o amor físico: o desejo de possuir o corpo belo para gerar no belo outro corpo. Mas o amor físico é já desejo de eternidade, porque, no plano da criatura mortal, a geração é imortalidade.

Em seguida vem o grau dos amantes fecundos não quanto aos corpos, mas quanto às almas — os portadores de sementes que brotam e medram na dimensão do espírito. São os amantes das almas, os amantes das leis, os amantes das ciências puras.

Por fim, a visão fulgente da Idéia do Belo em si, ou Absoluto.

No Fedro, Platão aprofundará o tema do Amor, ligando-o à doutrina da reminiscência. Na vida pré-terrena junto aos deuses, a alma contemplava o mundo das Idéias, o Hiperurânio. Ulteriormente, ao perder as asas e abismar-se nos corpos, esqueceu tudo quanto vira. Graças porém ao esforço filosófico, a alma pode recordar-se do que um dia contemplou, e, no caso da beleza, tal recordar-se se dá de maneira muito particular, pois que, como já referi, a Idéia do Belo recebeu o privilégio de ser “o mais manifesto e mais amável”. O reflexo do Belo no sensível inflama a alma, levando-a a querer alçar vôo e tornar ao sítio de onde desceu. E este querer se identifica com o Eros, que eleva a alma ao plano das Idéias.

O Amor platônico é nostalgia do Absoluto.

## VII. A ARTE COMO AFASTAMENTO DO VERDADEIRO

Ao determinar a essência e a função da arte, Platão não consegue vinculá-las ao Belo-Bem nem ao Eros, vinculando-as, isto sim, ao tema da metafísica e da dialética — está preocupado tão-somente em estabelecer o valor de verdade que haja na arte. E estabelece-o negativamente: para o nosso filósofo, “a arte não revela, mas esconde o verdadeiro, porquanto não constitui uma forma de conhecimento nem melhora o homem, mas o corrompe, porque é mentirosa; ela não educa o homem, mas o deseduca, porque se volta para as faculdades irracionais da alma [,] que constituem as partes inferiores de nós mesmos”.<sup>16</sup>

Já nos primeiros escritos Platão desdenhava a poesia, por julgá-la efetivamente inferior à filosofia. O poeta não é poeta, segundo ainda o nosso filósofo, por meio do conhecimento, mas da “intuição irracional”. Ao compor, está “fora de si”, e é “invadido”; ignora a razão do que faz, e não pode ensinar aos outros o que faz. O poeta só o é por “destino divino”, não por virtude provinda do conhecimento.<sup>17</sup>

No décimo livro d’A República Platão aprofunda esta visão negativa da arte. Trate-se de poesia ou de pintura, a arte constitui sempre uma mimesis, uma imitação de realidades sensíveis (coisas, homens, fatos). E, por considerar que as realidades sensíveis representam, ontologicamente, apenas imagens das Idéias paradigmáticas e, por conseguinte, se afastam do verdadeiro na medida mesma em que a cópia dista do original, Platão não pode considerar senão que a arte, por ser imitação, por seu turno, das realidades sensíveis, é “imitação de imitação”, permanecendo “três vezes distante do verdadeiro”.

A arte, pois, é tendencialmente corruptora, conquanto, se se submeter às leis do verdadeiro, ou seja, às regras da filosofia, e assim servir ao Bem, possa salvar-se. Caso contrário, há de ser banida do Estado perfeito.

## VIII. UM INÍCIO DE REAVALIAÇÃO DA ARTE

Ainda que sem mudar de posição metafísica, Platão parece, nas Leis, tender já a um juízo mais favorável acerca da arte. Ao afirmar que a excelência da música não se deve estimar somente pela quantidade de prazer sensível que oferece, acrescenta o Filósofo que a única música de fato excelente é a “que consiste numa imitação do Bem”,<sup>18</sup> e que “os que queiram a melhor classe de sons e de música não devem buscar o agradável, mas o verdadeiro; e a verdade da imitação está, como íamos dizendo, em que se pareça com a coisa imitada tanto pela quantidade como pela qualidade”.<sup>19</sup> Temos assim, portanto, o conceito de música como imitativa; mas Platão concede que a imitação possa ser verdadeira caso reproduza o melhor possível, no seu próprio meio, o imitado, o que obviamente vale para todas as artes.

Sucedo, todavia, que a obra de arte é um produto da imaginação e se dirige à emoção do homem, donde ser impossível inferir que para Platão o caráter imitativo da arte denote em essência uma mera reprodução “fotográfica” — apesar das muitas afirmações do Filósofo que parecem indicar o contrário. Leve-se em conta que uma realidade sensível não é, para Platão, uma “fotografia” da Idéia, já que esta pertence a uma ordem diversa da ordem dos objetos físicos, e conclua-se, analogicamente, que tampouco a obra de arte possa ser, para ele, mera reprodução de uma realidade sensível. A arte é obra da imaginação criadora, e a insistência de Platão no caráter imitativo da música afasta a idéia da mimesis como mera cópia “fotográfica”. Trata-se, antes, de simbolismo imaginativo, razão por que a imitação artística não pode comportar em si verdade nem falsidade: “a arte serve [grifo meu] ao verdadeiro ou ao falso, tertium non datur”<sup>20</sup>

Esta, digamos, “neutralidade” da arte já se encontrava na própria República, mas aprofunda-se nas Leis, onde Platão admite mais liberalmente algumas formas de arte no seio do Estado. É que chegou à conclusão inequívoca de que a arte ocupa uma esfera particular da atividade humana — conquanto situada a pouca altura. Mas, de fato, particular e irreduzível a qualquer outra, o que se confirma por esta passagem em que, após apontar e louvar o caráter padronizado da arte egípcia, afirma: “se alguém só é capaz de encontrar, do modo que for, as melodias naturais, deverá incorporá-las confiantemente a uma forma fixa e legítima”.<sup>21</sup>

Com respeito à arte, entretanto, Platão segue interessando-se centralmente pelos seus efeitos educativos e morais, pelas suas funções recreativas, e pelo rigoroso controle a que há de estar submetida pelo Estado. É que o nosso filósofo “não chega a perceber — ou não o manifesta bastante — que o distintivo específico da contemplação estética é o desinteresse”,<sup>22</sup> o que, se após Platão já foi afirmado vezes sem conta, resta até hoje por demonstrar mais rigorosamente.